



Recebido em:
03/08/2017
Aprovado em:
03/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

O FECHAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS EM SERGIPE: UM PANORAMA INICIAL (2007-2015)

ELIS SANTOS CORREIA

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

A presente pesquisa é parte de minha dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. O objetivo é apresentar um breve panorama sobre este processo de fechamento de escolas rurais no Estado no período de 2007 a 2015. Para isso, desenvolvemos pesquisas de ordem quantitativa, evidenciando dados demográficos e educacionais dos municípios por território. Os fechamentos das escolas rurais vêm se dando de forma acelerada, com a extinção de 297 unidades ao longo dos nove anos em questão, de forma mais evidente no Centro Sul e Alto sertão sergipano e menos evidente no Leste e na Grande Aracaju. Compreendemos que este fenômeno dificulta o acesso e permanência dos camponeses à escola, bem como o avanço da luta por uma Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do campo, Fechamento de escolas rurais, Sergipe.

ABSTRACT

The present research is part of my master's dissertation, which is in progress in the Education Postgraduate Program of the Federal University of Sergipe. The objective is to present a brief overview of this process of closing rural schools in the State from 2007 to 2015. For this, we developed quantitative research, evidencing demographic and educational data of the municipalities by territory. The closures of rural schools have been taking place in an accelerated manner, resulting in the extinction of 297 units over the nine years mentioned, being most evident in the Center South and in the high backwoods and less evident in the East and Greater Aracaju. We understand that this phenomenon hinders the access and permanence of the peasants to the school, as well as the advance of the fight for a Rural Education.

Keywords: Rural Education, Closing of rural schools, Sergipe.

A educação formal é considerada um direito de todos. A atual Constituição Federal garante no artigo 206, inciso I – “Igualdade para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), no entanto, a escolarização no Brasil ocorre de maneira desigual em relação as condições de acesso e permanência de qualidade entre centro e periferia e, muito mais desigual entre o rural e a cidade. O ensino no meio rural nem sequer foi citado no cenário político brasileiro antes de 1934, onde aparece pela primeira vez na Constituição Federal, e apenas no seguinte enunciado: “Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo 20% das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual” (BRASIL, 1934, art.156), sendo considerada “como algo importante apenas para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo” (BRASIL, 2001, p. 5).

A dívida histórica que o Brasil tem com sua população camponesa, se dá para além do fato de ser recente o aparecimento no marco regulatório da educação oferecida ao rural, perpassando pelo contínuo descaso para com ela

ao longo de sua história, onde sempre aparece colocada em segundo plano em comparação com as práticas e políticas voltadas para a educação nas cidades, resultando em uma realidade de precariedade estrutural, e na qualificação no ensino.

Quando analisamos a realidade das populações rurais/do campo, no Brasil, vemos os resultados de um histórico de abandono e negligências em relação às políticas públicas, em especial a educação ofertada a esta população. Os dados revelam que exatamente situam-se nesses espaços os piores indicadores educacionais, ou seja: as maiores taxas de analfabetismo, os maiores índices de distorção idade/série. (BOF, 2006 *apud* SOUSA et al., 2011, p. 157-158).

Nos últimos anos, além da precariedade da educação oferecida aos camponeses, podemos perceber um perigoso e acelerado processo de fechamento das escolas no Campo, fator que dificulta ainda mais a garantia do direito constitucional de acesso e permanência dos camponeses à educação formal. Cordeiro (2012) indica que o fechamento de escolas rurais vem sendo observado em todas as regiões do país, onde os Estados vêm realizando um provável processo de nucleação escolar¹ que centralizaria as escolas em áreas urbanas. O Censo Escolar respalda a análise da autora, demonstrando que entre os anos de 2003 e 2013 foram fechadas 32.484 escolas rurais no Brasil, e abertas 11.290 escolas urbanas, apontando também que cerca de 2,7 milhões de crianças migram diariamente do campo para estudar na cidade (INEP, 2004, 2014).

Esta questão envolve a condição de existência e permanência no campo das comunidades rurais que, ano após ano, são surpreendidas com o fechamento da escola em seus locais de vida, pois de acordo com Ferreira e Brandão (2014), esse fato se dá sem que haja consulta às mesmas ou debates públicos sobre as vantagens e desvantagens dos fechamentos. Borges (2016) aponta em sua pesquisa que moradores souberam do fechamento das escolas com pouco tempo de antecedência e, por isso, não conseguiram se mobilizar a tempo. “Mesmo contrariados, convivem agora, com prédios públicos abandonados, com o vazio das escolas fechadas e preocupados com seus filhos que são obrigados a percorrer longas distâncias no transporte escolar, distantes de suas comunidades” (BORGES, 2016, p.8).

Ferreira e Brandão (2014) concluem que de forma direta, este processo vem interferindo negativamente na formação sociocultural e política dos que residem ou trabalham no campo. Nogueira (2014) já aponta que este processo trata a educação com parâmetros de viabilidade financeira em detrimento dos valores culturais e que troca escolas rurais pelo transporte para as escolas urbanas. O risco de abandono dos estudos, a perda de referências, a invisibilidade e perda da identidade das comunidades, são fatores percebidos na análise de Borges (2016).

A discussão está nas pautas dos movimentos sociais e em espaços governamentais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, desde 2011 vem denunciando este processo através da campanha intitulada: “Fechar Escola é Crime”, cujo objetivo central é promover um grande debate na sociedade sobre o fechamento das escolas e o direito das populações do Campo à educação. O Movimento ocupou o Ministério da Educação e Cultura - MEC em fevereiro de 2013 e apresentou diversas reivindicações referentes à educação oferecida no campo, incluindo a exigência de que parassem com o fechamento das escolas rurais. Em 13 de julho de 2015 foi lançada em Sergipe a “Frente Parlamentar Mista pela Educação do Campo”, da Câmara dos Deputados, que visa conter este processo de fechamento. O Estado foi o primeiro a receber a Frente nessa articulação que será feita em todo país (SERGIPE..., 2015). Durante o II ENERA (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária), em 23 de setembro de 2015, cerca de 1.500 participantes realizaram um ato em frente ao MEC, protestando contra o fechamento das escolas no campo (EDUCADORES., 2015).

Além destas iniciativas, diversas outras vêm acontecendo no Brasil nos últimos anos, por diversas vias, em diferentes escalas, e as manifestações da comunidade resultaram em alterações na legislação vigente. Em 27 de março de 2014, houve a publicação da Lei 12.960/2014, que alterou o Artigo 28 da LDB 9.394/1996, incluindo nele o parágrafo único que consta: “O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar” (BRASIL 2014), esta alteração teve o intuito de dificultar o fechamento das escolas rurais.

Além disso, o projeto de Lei do Novo Plano Nacional de Educação - PNE (2011), que orienta as políticas públicas educacionais no decênio 2011-2020, estabelece em suas estratégias que a nucleação escolar deve ser evitada e estimula a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental nas próprias comunidades rurais, o que também é uma conquista da luta dos movimentos sociais rurais (MARINO, CORDEIRO, 2011). O Ex-Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, participou em 21 de setembro de 2015 do II ENERA, onde se posicionou de forma contrária ao fechamento de escolas no campo e assinou portaria para instituir grupo de trabalho com a missão de elaborar e propor políticas de fortalecimento da educação no campo (EDUCADORES..., 2015).

De acordo com Mariano e Sapelli (2014) esses dados explicitam uma grande contradição, pois, enquanto se avançou com as políticas públicas para a Educação no Campo, não houve ações suficientes para impedir o fechamento de escolas no meio rural, configurando-se como um “verdadeiro retrocesso histórico em meio aos avanços educacionais alcançados no âmbito legal que asseguram o direito de frequentar escolas de qualidade tanto na cidade quanto no campo.” (NOGUEIRA, 2014, p.7). O MEC inclui portarias, as leis são sancionadas, mas na prática quem tem o poder de fechar as escolas é o Município. Se ele alega falta de alunos e de verbas, como na maioria dos casos, as escolas acabam sendo fechadas, e políticas que poderiam impedir este fato não são colocadas em prática, por falta de fiscalização (MAIS..., 2015). Esta questão não pode, no entanto, ser isolada só como atribuição do município, pois também percebemos que não há política de incentivo do governo federal para as escolas do campo.

Apesar do alto número de escolas sendo fechadas na zona rural em todo país, ainda são poucos os estudos que tratam dessa questão de forma acadêmica e sistemática, tendo sido encontrados alguns poucos artigos publicados e seis dissertações de mestrado. A análise destes trabalhos, todos realizados entre 2012 e 2016, nos permitem perceber, além do fechamento de escolas rurais em diversas localidades do Brasil, o entendimento de que esse processo é uma problemática atual pois comungam da gravidade e complexidade dos impactos culturais e formativos dos camponeses, que apesar de estarem reagindo a esta realidade, continuam sofrendo as consequências (NOGUEIRA, 2014; MARIANO e SAPELLI, 2014; MARINO e CORDEIRO, 2011; BORGES, 2016, CORDEIRO, 2012)

Entre todos esses trabalhos, apenas um deles trata de um Estado do nordeste, mais especificamente um município de Alagoas, se refere a um estudo geográfico que analisou o processo de territorialização da política de nucleação e o fechamento das escolas no campo em União dos Palmares/AL, no período entre 2005 e 2015, demonstrando que este surge com a intenção de racionalizar custos, pautado em um discurso neoliberal, que, na prática, se traduz na precarização e consequente fechamento das escolas no campo (SILVA, 2016). Referente ao estado de Sergipe, base territorial da minha investigação, a situação é de silenciamento nos trabalhos acadêmicos.

Desta forma, visualizo a importância de trazer para o debate acadêmico esta problemática, ainda não explorada cientificamente no Estado, compreendendo que esta problematização deve acontecer a partir de uma análise que ultrapasse a discussão pedagógica e se entranhe em discussões de caráter histórico, social e político. Nossa intencionalidade é abordar e evidenciar, através deste estudo, os conflitos de interesses políticos e econômicos existentes no espaço do campo, na expectativa de produzir conhecimentos para que camponeses possam se apropriar e ser mais um elemento na construção de um novo modo de desenvolvimento para o Campo.

Por conta disto, decidimos então ancorar nossa pesquisa no contexto da “Educação do Campo”, se configurando como fruto e semente da luta dos camponeses pela universalização do direito à educação e, de antemão, na luta pela terra, com vistas à construção de um projeto de campo e de sociedade contra hegemônico. A Educação do Campo foi proposta em 1997 no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, e sendo melhor discutida na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em 1998, Luziânia (GO), essa conferência teve o objetivo de mobilizar os povos do campo, que enfim contestavam a educação rural historicamente oferecida e iam construindo uma nova proposta educacional, pensada a partir de suas próprias demandas.

A história de luta da Educação do Campo envolve diversos Movimentos Sociais, sendo protagonizada pelo MST, e já resultou em grandes conquistas no marco legal, como Diretrizes Operacionais, Planos Nacionais Estaduais e Municipais, além da criação de graduações especiais para professores do campo: Pedagogia da Terra e as Licenciaturas em Educação do Campo. Essa história também é marcada por diversos entraves e boicotes. Cordeiro (2012) analisa que o fechamento das escolas rurais vem mais do que dificultando a materialização desta educação, vem sendo um verdadeiro golpe contra ela.

No Campo brasileiro, o que está em questão são objetivos contrários no mesmo espaço, pois, à medida que suas

classes dominantes concentram cada vez mais a terra, a renda e as riquezas, os camponeses organizados lutam para impedir a sua expropriação da terra e da cultura. Os Movimentos Sociais do Campo que, nas suas lutas se propõem a romper com séculos de políticas de expropriação, proletarização e dominação do campesinato brasileiro, inserem então a Educação do Campo em um projeto popular de sociedade, no qual a emancipação humana é o horizonte para o qual se orienta a sua caminhada (RIBEIRO, 2013. p. 189).

Para apresentarmos os dados demográficos e educacionais que levantamos sobre os municípios, inclusive sobre o fechamento das escolas rurais, escolhemos utilizar a divisão dos 75 municípios do Estado em oito territórios conforme definição da Secretaria de Estado do Planejamento Habitação e do Desenvolvimento Urbano (SEPLAN, 2008)², a saber: Alto Sertão sergipano, Médio Sertão sergipano, Baixo São Francisco sergipano, Agreste Central sergipano, Sul sergipano, Centro Sul sergipano, Grande Aracaju e Leste sergipano. Apesar de contestarmos alguns pontos desta política desenvolvimentista adotada pelo Governo, utilizaremos a divisão dos oito territórios ao longo da pesquisa visando melhor detalhamento dos dados e uma análise mais minuciosa dos municípios, como segue:

Território do Alto Sertão sergipano

Formado por sete municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha e tem uma população de 137.926 habitantes (IBGE, 2007), possuindo a menor densidade demográfica do Estado (28,15 hab./km²) e Índices de Desenvolvimento Humano - IDH Municipal que variam de 0,536 a 0,631 (PNUD, 2000). Segundo Censo 2010 (IBGE, 2010) dos sete municípios, três possuem uma população rural que ultrapassa a urbana, mas se destacam: Gararu, com 75% da sua população residindo no campo e Poço Redondo, com 72%.

Quando analisamos nos Censos Escolares/INEP (2007 – 2015) as matrículas em escolas rurais no Alto Sertão, em 2007 somam 21.933, não se afastando muito das matrículas em escolas urbanas do mesmo ano: 26.433. Já em 2015 notamos que enquanto as matrículas rurais sobem apenas 20% passando para 32.462, as urbanas sobem 91%, chegando a quase o dobro: 50.561. Ao fragmentar os dados desse mesmo período, observamos que contraditoriamente, se fecharam muitas escolas rurais nessa região, especialmente nos municípios de Nossa Senhora da Glória, com 22 extinções, Monte Alegre, com 18 e Gararu com 16. Todos os outros municípios também fecharam escolas: Poço Redondo: 10, Canindé do São Francisco: 5, Nossa Senhora de Lourdes: 2, e Porto da Folha: 1, perfazendo um total de 74 unidades extintas entre 2007 e 2015. Este cruzamento de dados nos aponta que pode existir uma relação entre o fechamento em massa das escolas rurais e o vertiginoso aumento nas matrículas urbanas através de um provável aumento no movimento extracampo³ dos alunos.

Território do Médio Sertão sergipano

É formado por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores. Abrange uma população de 62.644 habitantes (Contagem da População IBGE, 2007). O Território possui uma densidade demográfica baixa, com 39,59 hab./km² e IDH Municipal que varia de 0,594 a 0,638 (PNUD, 2000). Segundo Censo 2010 apenas Graccho Cardoso possui população rural maior que urbana neste território, com 52%.

No Médio Sertão em 2007 as matrículas rurais somavam 7.632, as urbanas eram quase o dobro: 14.308, esta grande diferença permanece e em 2015 enquanto as escolas rurais aumentaram apenas 6% das suas matrículas: 8.160 e as urbanas aumentaram 66%, chegando a 23.800. Foram fechadas 25 escolas rurais no período estudado no Médio Sertão, com destaque à cidade de Aquidabã, que fechou 14 escolas, Itabi com 8 e Cumbe: 3, os demais não extinguíram nenhuma unidade, a considerável diferença entre o aumento das matrículas rurais e urbanas apontam também neste território um possível aumento no transporte extracampo dos estudantes.

Território do Baixo São Francisco sergipano

Tem quatorze municípios, a saber: Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha e tem uma população de 123.482 habitantes (Contagem da População IBGE, 2007). O Território possui uma densidade demográfica de 63,45 hab./km² e um IDH Municipal que vai de 0,550 a 0,684 (PNUD, 2000). Segundo Censo 2010 este território tem seis municípios com população rural maior que urbana, mas com uma diferença pequena entre elas, se destacando apenas Pacatuba, que possui 80% de pessoas morando na zona rural. No Baixo

São Francisco as matrículas rurais passam de 17.164 em 2007 para 21.717 em 2015 e as urbanas sobem de 29.364 para 41.001, representando um aumento não tão destoante, de 26% e 39% respectivamente. Neste território foram fechadas 26 unidades escolares rurais, sendo que 16 delas se encontravam no município de Pacatuba, exatamente o município com maior índice de população rural do Estado, na sequência vem Canhoba com 3 extinções, Ilha das Flores, Neópolis e Malhada dos Bois fecharam 2 escolas cada e Cedro do São João apenas 1, os demais municípios não apresentaram dados de escolas rurais extintas no INEP nos anos pesquisados.

Território do Sul sergipano

Formado por onze municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba. Tem uma população de 241.292 habitantes (Contagem da População IBGE, 2007) e possui uma densidade demográfica de 77,06 hab./km², o IDH Municipal que varia entre 0,545 e 0,672 (PNUD, 2000). Segundo Censo 2010 cinco dos onze municípios deste território tem população rural que ultrapassa a urbana, destacando-se Santa Luzia do Itanhy com 79%.

Referente às matrículas urbanas, o Sul sergipano se assemelha com as proporções do Alto Sertão, onde estas quase que dobram entre 2007 e 2015, já as matrículas rurais neste território também tiveram um crescimento considerável. Os dados apontam que em 2007 os municípios do Sul somavam 33.339 alunos matriculados em escolas rurais e 54.843 em escolas urbanas, já em 2015 houve aumento 42% de nas rurais e de 88% nas urbanas, passando para 47.347 e 103.147 matrículas respectivamente. Nessa região foram extintas 42 escolas rurais em nove anos, sendo 13 em Itabaianinha e 11 em Boquim, além destas, tivemos 6 extinções em Pedrinhas, 4 em Salgado, 3 em Cristinápolis, 3 em Estância, 1 em Indiaroba e 1 em Umbaúba, os demais municípios não apresentaram nenhuma extinção.

Território do Centro Sul sergipano

Conta com apenas cinco municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto e apresenta uma população de 213.492 habitantes (Contagem da População IBGE, 2007), e uma densidade demográfica de 60,63 hab./km². Seu IDH Municipal vai de 0,556 a 0,614 (PNUD, 2000). Segundo Censo 2010 só Riachão do Dantas tem a população rural maior que a urbana (75%).

No Centro Sul do Estado não há uma diferença tão grande entre o aumento das matrículas rurais e as urbanas, enquanto que as rurais crescem 55%, as urbanas crescem 64% entre 2007 e 2015, passando de 31.901 para 49.465 e de 40.755 para 67.204 respectivamente rural e urbana. Pretendemos realizar uma análise mais minuciosa nesta região, pois tivemos o maior número de escolas extintas do Estado e ao mesmo tempo não houve um auge tão considerável nas matrículas urbanas, podendo estar ocorrendo um movimento maior de transporte escolar intracampo⁴ nesta região. Foram 86 unidades extintas em nove anos e quatro dos cinco municípios que integram este território apontaram altos números de extinções: Poço Verde com 24, Tobias Barreto 21, Lagarto 20 e Simão Dias 17 unidades, já Riachão do Dantas fechou apenas 4 escolas.

Território do Agreste Central sergipano

Também é formado por quatorze municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Abrange uma população de 222.197 habitantes (Contagem da População IBGE, 2007). O Território possui uma alta densidade demográfica (71,14 hab./km²) e um IDH Municipal que varia de 0,567 a 0,678 (PNUD, 2000). Segundo Censo 2010, sete municípios tem mais gente no campo que na cidade, mas todos com uma diferença pequena, o maior índice de população rural foi Pedra Mole, com 60%.

O Agreste aponta 19.610 matrículas em escolas rurais no ano de 2007 e 54.717 nas urbanas, passando para 28.069 nas rurais em 2015 e 84.054 nas urbanas neste ano, significando um aumento de 43% nas rurais e 53% nas urbanas. Extinguiu 30 escolas rurais em nove anos, com destaque para o município de Carira que fechou 13 unidades, seguindo temos Nossa Senhora da Aparecida com 4, Frei Paulo e São Miguel do Aleixo com 3 cada, Areia Branca, Itabaiana e Malhador com 2 cada, Campo do Brito com 1 escola rural fechada e os demais sem extinções.

Território da Grande Aracaju

Tem nove municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga e Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do

Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. Abrange uma população de 847.941 habitantes (Contagem da População IBGE, 2007), e possui uma densidade demográfica de 387,65 hab./km² com um IDH Municipal que vai de 0,638 a 0,794 (PNUD, 2000). Segundo Censo 2010, só Itaporanga D'Ajuda tem população rural maior que a urbana, mesmo assim a diferença não é grande: 61%.

Quando analisamos as matrículas da Grande Aracaju a diferença das proporções entre rurais e urbanas aumenta consideravelmente, as matrículas em escolas rurais crescem apenas 24%, passando de 14.077 em 2007 para 17.460 em 2015, enquanto que nas urbanas sobem 70%, passando de 217.889 em 2007 para 371.382 em 2015. Cabe ressaltar que o alto número de matriculados em escolas urbanas desta região tem relação direta com a participação da capital Aracaju, que não possui nenhuma escola rural e tem o maior índice populacional do Estado. Este território extinguiu apenas 06 escolas rurais, sendo que Laranjeiras fechou 03, Santo Amaro, Riachuelo e Barra dos Coqueiros fecharam 1 escola rural cada e os demais municípios nenhuma.

Território do Leste sergipano

É formado por nove municípios: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri, com 90.452 habitantes (Contagem da População IBGE, 2007), uma densidade demográfica de 59,56 hab./km² e IDH Municipal variando entre 0,615 e 0,676 (PNUD, 2000). Segundo Censo 2010, três municípios tem índices de população rural mais altos que de urbana, porém todos eles possuem apenas uma pequena diferença, se destacando dentre eles Siriri, com 60%.

Leste sergipano apresenta-se como o único território com um aumento maior nas matrículas rurais que nas urbanas: 45% e 39% respectivamente, passando de 10.514 matrículas rurais em 2007 para 15.322 em 2015 e de 25.002 matrículas urbanas para 34.994 no mesmo período. Este território também se diferencia dos demais, pois extinguiu apenas uma escola rural desde 2007 a 2015, mais especificamente, no município de Rosário do Catete, esta peculiaridade do território será aprofundada nos estudos posteriores, onde verificaremos se está acontecendo aumento no número de escolas rurais que justifiquem o aumento maior nas matrículas, ou o movimento intracampo, entre outros fatores, além disso, começamos a perceber uma outra categoria presente neste e nos demais territórios, as escolas rurais paralisadas⁵, que no leste sergipano por exemplo somam-se 25 no Censo 2015.

Ao iniciarmos nossa pesquisa objetivávamos trabalhar apenas com os números de escolas rurais extintas⁶ no Estado durante o período de 2007 a 2015, haja vista que este fechamento em massa das mesmas pode comprometer a garantia ao direito universal de acesso e permanência nas escolas pelos camponeses e ainda se configurar como um verdadeiro boicote à luta dos movimentos sociais por uma Educação do Campo. Acontece que, ao irmos coletando os dados do INEP/Censo Escolar, nos deparamos com uma realidade bastante preocupante, que da mesma forma compromete a garantia constitucional da educação e a pauta de reivindicações dos camponeses organizados.

Para além da quantidade exorbitante de escolas extintas, que chegou a 74 unidades apenas em 2012 (INEP/Censo Escolar 2012), percebemos que estas extinções em sua maioria vêm precedidas de um período de 'paralisação' das unidades escolares. Os dados apontam centenas de unidades escolares rurais paralisadas ano a ano, muitas delas permanecem longos períodos paralisadas, outras reabrem e paralisam novamente, mas observamos que, em diversos casos, as escolas rurais extintas já estiveram paralisadas por um ou mais anos. Os números assustam, principalmente no Censo Escolar de 2011, o qual aponta 441 escolas rurais como 'paralisadas' no Estado.

Vale ressaltar que as escolas paralisadas não estão extintas, elas não têm um decreto de extinção, mas se encontram sem funcionar por período determinado, ou não, a realidade varia de município a município. Acontece que o número de escolas sem funcionar no interior do Estado é muito alto, e a permanência desta paralisação por vezes dura muito tempo. A cada ano temos centenas de escolas na situação de 'paralisada' pelo Censo Escolar, o que não quer dizer que a cada ano novas centenas de unidades também entraram em paralisação, por vezes as mesmas escolas se mantêm neste status e novas se somam, em outros anos algumas escolas já não aparecem como paralisadas, denotando um provável retorno às atividades.

Desta forma, enquanto que as escolas rurais extintas aparecem nos Censos apenas em seu ano de extinção, as paralisadas se mantêm nos censos de acordo com quantos anos continuarem nesta situação, sendo assim, os dados são mais fluidos e fazem movimentos que crescem e diminuem ao longo do tempo, mas notamos que sempre se mantêm altos. Neste artigo mantivemos o foco nas extinções, e em outro momento trabalharemos melhor com as

escolas rurais paralisadas.

Sobre o número de extinções a nível de Estado, percebemos, com a análise dos Censos Escolares, que houve um gradativo aumento entre 2007 e 2011, no primeiro ano de estudo foram extintas 09 escolas rurais em Sergipe, em 2008: 16 unidades, em 2009 mais 15, 2010 foi marcado por mais 20 extinções e 2011 já aparece somando mais 33 escolas. Um considerado aumento aparece no ano de 2012 quando tivemos 74 escolas rurais decretadas como extintas. Em 2013 se mantém uma média observada nos anos anteriores a 2012, fechando 28 escolas, 2014 foram 39 extinções e em 2015 observamos outro aumento considerável: 65 escolas deixaram de funcionar de vez.

O território sergipano que mais fechou escolas rurais no período de análise foi o Centro Sul, com 86 extinções em nove anos, seguido do Alto Sertão, com 74, Sul com 42, Agreste com 30, Baixo São Francisco 26 escolas, Médio Sertão 25, Grande Aracaju com 6 e Leste sergipano com o menor número, apenas 1 escola rural extinta entre 2007 e 2015. O Censo Escolar/INEP de 2015, diferente dos anteriores, nos oferece uma nova característica, ele mostra separadamente a lista das escolas rurais “extintas no ano do censo” e das escolas rurais “extintas em anos anteriores”, estes dados somados puderam nos fornecer uma visão mais ampla deste processo que de fato, vem reduzindo consideravelmente as escolas da realidade camponesa.

O que podemos concluir até o momento é que o fechamento das escolas rurais em Sergipe vem se dando de forma acelerada, durante o período estudado temos um total de 297 unidades escolares rurais extintas, contraditoriamente, algumas delas em municípios com a mais de 70% da população residente no campo, como é o caso de Gararu e Poço Redondo no Alto Sertão, que fecharam 16 e 10 escolas e Pacatuba no Baixo São Francisco com 16 extinções e 80% de população rural. O fechamento das unidades escolares rurais acompanha o aumento maior nas matrículas urbanas que rurais em todos os territórios, exceto no leste sergipano, em alguns, como no Alto Sertão, Médio Sertão, e Grande Aracaju verificamos que o aumento nas matrículas de escolas urbanas acontece de forma prodigiosa, com relação às matrículas rurais.

Podemos inferir que o acive das matrículas nas escolas urbanas pode estar relacionado com o fenômeno de fechamento de escolas em comunidades rurais, no entanto avançaremos esta análise com o estudo do movimento do transporte escolar dos estudantes da zona rural, a fim de compreender se o fechamento das escolas rurais vem produzindo de fato este movimento extracampo (analisando a quantidade de estudantes da zona rural que usam transporte escolar para estudar em escolas urbanas) e se encontramos um acentuado movimento intracampo (quantidade de estudantes da zona rural que usam transporte escolar para estudar em escolas rurais) no território Sul, onde apesar de ter sido o território que mais fechou escolas rurais no Estado, as matrículas rurais aumentam consideravelmente no mesmo. Os dados referentes aos transportes já foram coletados, bem como os que tratam das escolas paralisadas em cada município e colaboram para esta discussão do atual processo de fechamento em massa das escolas rurais.

Assim, pretendemos problematizar estes dados com entrevistas a gestores municipais e lideranças de movimentos sociais camponeses do Estado, considerando as condições conjunturais, sociais, ideológicas, econômicas e da disputa de territórios no campo, que não surgiram agora, mas tem uma história marcada pela concentração de terra e exploração do trabalho, desde a escravização humana à atual exclusão perversa, porém disfarçada, da população camponesa, existente por conta das marcas do neoliberalismo no campo, claramente visualizadas no avanço indiscriminado do agronegócio, com seus latifúndios, monocultivos, agrotóxicos, transgênicos e uma profunda deterioração das condições de trabalho, além disso, a falta de políticas públicas de saúde, educação, lazer e moradia, no campo colaboram com a construção de um cenário sem perspectivas, incluindo aqui a negação diária do direito constitucional ao acesso e permanência igual para todos na escola.

É nesta realidade que localizamos o processo de fechamento das escolas rurais, onde se extinguem ou paralisam números assustadores de unidades ano a ano, compreendemos que este fenômeno dificulta o acesso e permanência dos camponeses à escola, bem como o avanço da luta por uma Educação do Campo. Se esta política de fechamentos se mantiver o que teremos Um campo sem escolas O que se pretende com isto Estas e outras questões, estamos buscando responder ao longo da nossa dissertação, onde, os contextos histórico e social da realidade onde as escolas estão inseridas estão sendo levados em consideração.

REFERENCIAS

BORGES, Vanuza Emília. **A representação social de moradores do entorno das escolas rurais paralisadas/extintas no município de Almirante Tamandaré-PR**. Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba 2016.

BRASIL. Constituição de 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 23/07/2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 04 de Fevereiro de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001: da relatora Edla de Araújo Lira Soares. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Processo 23001000329/2001 – 55. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Territórios da Cidadania**. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 12.960, de 27 de março de 2014**.

CENSO ESCOLAR 2003 e 2013. Disponível em Acesso em: 03 de Setembro de 2015.

CORDEIRO, Tassia Gabriele: **O processo de fechamento de escolas rurais no estado do rio de janeiro: a nucleação escolar analisada a partir da educação do campo**. Artigo apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia-MG 2012. Acesso em: Agosto, 2015.

EDUCADORES DO MST PROTESTAM CONTRA FECHAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS NO MEC. Disponível em Acesso em: 03 de Setembro de 2016.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias C. **Educação e Políticas de Fechamento de Escolas do Campo**. Anais do IX Seminário do Trabalho. UNESP - Marília 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contagem populacional 2007. Rio de Janeiro: IBGE 2008.

_____ Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2003. Brasília: MEC, 2004.

_____ Censo Escolar 2007. Brasília: MEC, 2008.

_____ Censo Escolar 2008. Brasília: MEC, 2009.

_____ Censo Escolar 2009. Brasília: MEC, 2010.

_____ Censo Escolar 2010. Brasília: MEC, 2011.

_____ Censo Escolar 2011. Brasília: MEC, 2012.

_____ Censo Escolar 2012. Brasília: MEC, 2013.

_____ Censo Escolar 2013. Brasília: MEC, 2014.

_____ Censo Escolar 2014. Brasília: MEC, 2015.

_____ Censo Escolar 2015. Brasília: MEC, 2016.

MAIS DE 4 MIL ESCOLAS DO CAMPO FECHAM SUAS PORTAS EM 2014. MST: 2015. Disponível em Acesso em

20 de dezembro de 2016.

MARIANO, Alessandro Santos; SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert: Fechar A Escola É Crime Social: Causas Impactos E Esforços Coletivos Contra O Fechamento De Escolas No Campo. **VI Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**. Unioeste Campus Toledo, 2014.

MARINO, D.J; CORDEIRO, T.G.B.F. A Educação do Campo no Plano Nacional de Educação. **Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Belém do Pará, 2011.

NOGUEIRA, Ariane Martins. A relação homem-natureza no contexto do fechamento das escolas rurais em Ouidor(GO). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2014.

SANTOS, Marilene. **Educação do Campo uma política em construção: Desafios para Sergipe e para o Brasil**. Tese de doutorado 2013 UFS.

SERGIPE. Secretaria de Planejamento. **SERGIPE EM DADOS 2009**.

SERGIPE RECEBE FRENTE PARLAMENTAR PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Disponível em Acesso em 24 de janeiro de 2017.

SILVA, Edilma José da. **A territorialização da política de nucleação e o fechamento de escolas no campo em União dos Palmares/AL (2005-2015)**. Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1 - A nucleação neste caso se dá com a desativação de escolas rurais e a transferência dos estudantes para uma escola chamada de “escola núcleo” localizada, geralmente, na zona urbana, havendo migração diária através do transporte escolar de jovens e crianças.

2- Apesar de o Estado possuir 13 microrregiões político-administrativas agrupadas pelo IBGE, em 2007 o Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento Habitação e do Desenvolvimento Urbano, em uma parceria com a UFS e entidades civis, dividiu o Estado em oito territórios, no intuito de servir de base para o planejamento das políticas públicas. (SERGIPE, 2008, p 15).

3- Movimento Extracampo se refere ao transporte diário de estudantes residentes na zona rural para escolas situadas na zona urbana.

4- Movimento Intracampo se refere ao transporte diário de estudantes residentes na zona rural para escolas na própria zona rural.

5- Utilizamos o termo “paralisada”, pois assim aparece nos Censos Escolares analisados. As escolas paralisadas não estão extintas, não têm um decreto de extinção, porém não está funcionando no momento de coleta dos dados do Censo, esta escola pode ser reativada, mas a realidade varia de município para município.

6 - Utilizamos o termos “extinta” pois assim aparece nos Censos Escolares analisados como a escola que deixou de existir, a mesma possui decreto de extinção.

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Email: eliscorreia7@gmail.com